portuguesa, por naturalização a Évida Maria de Oliveira, natural de Brasília, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascida em 3 de Outubro de 1962, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Outubro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Despacho n.º 23 879/2007

Considerando as alterações verificadas no quadro da actual orgânica da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Centro (CCDR), designadamente na dotação de lugares de dirigentes de nível superior do 2.º grau, importa proceder à redefinição de delegações e subdelegação de competências.

Assim:

1 — Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 35.º a 39.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, delego e subdelego, com poderes de subdelegação, as seguintes competências:

1.1 — Na vice-presidente Teresa Margarida Pratas Jorge:

1.1.1 — Autorizar despesas até ao limite de € 124 500;

1.1.2 — Autorizar o processamento de despesa e a arrecadação da receita;

1.1.3 — Autorizar a prestação de trabalho extraordinário nas situações previstas na alínea *d*) do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, e em dias de descanso semanal, descanso complementar e feriados, nos termos do artigo 33.º do mesmo diploma legal;

1.1.4 — Autorizar a aceitação ou posse em local diferente daquele em que o pessoal foi colocado e prorrogar o respectivo prazo;

1.1.5 — Autorizar a atribuição de abonos e regalias a que os funcionários tenham direito, nos termos da lei;

1.1.6 — Praticar todos os actos relativos à aposentação do pessoal, salvo nos casos de aposentação compulsiva, e, em geral, todos os actos respeitantes ao regime de segurança social, incluindo os referentes a acidentes em serviço;

1.1.7 — Autorizar, dentro dos limites estabelecidos pelo respectivo orçamento anual, transferências de verbas subordinadas à mesma classificação orgânica e antecipação até dois duodécimos por rubrica, com limites anualmente fixados pelo Ministério das Finanças;

1.1.8 — Autorizar a constituição e a reconstituição de fundos de maneiço;

1.1.9 — Autorizar a constituição de fundos permanentes das dotações e respectivo orçamento, com excepção das rubricas referentes a pessoal, até ao limite de um duodécimo;

1.1.10 — Celebrar contratos de seguro e de arrendamento, dentro dos limites de autorização de despesa delegada, e autorizar a respectiva actualização, desde que resulte de imposição legal;

1.1.11 — Autorizar as despesas resultantes de indemnizações a terceiros ou da recuperação de bens afectos ao serviço danificados por acidentes com intervenção de terceiros;

1.1.12 — Autorizar despesas eventuais de representação dos serviços, bem como as de carácter excepcional;

1.1.13 — Qualificar como acidente em serviço os sofridos pelo pessoal e autorizar o processamento das respectivas despesas;

1.1.14 — Autorizar o processamento de despesas cujas facturas, por motivo justificado, dêem entrada nos serviços para além do prazo regulamentar;

1.1.15 — Assinar contratos de locação e aquisição de bens e serviços na sequência de procedimentos e despesas legalmente autorizadas;

1.1.16 — Adoptar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento dos serviços, observados os condicionalismos legais, bem como estabelecer os instrumentos e práticas que garantam o controlo efectivo da assiduidade;

1.1.17 — No âmbito da Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira:

a) A coordenação e o despacho de processos referentes às matérias da competência daquele serviço;

b) Autorizar a inscrição e participação em congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas que decorram em território nacional quando importem custos para o serviço, bem como a inscrição e participação em estágios;

c) Autorizar deslocações em serviço, em território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com aquisição de bilhetes ou títulos de transporte, ajudas de custo antecipadas ou não;

d) Autorizar a acumulação de actividades ou funções, públicas ou privadas, nos termos da lei;

e) Praticar actos de competência dos titulares de cargos de direcção intermédia, relativamente a dirigentes e a outro pessoal que se encontre na sua directa dependência;

1.1.18 — No âmbito da Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local:

a) A coordenação e o despacho de todos os processos referentes às matérias da competência daquele serviço;

b) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário, nocturno, em dias de descanso e feriados, observados os condicionalismos legais;

c) Autorizar a inscrição e participação em congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas que decorram em território nacional quando importem custos para o serviço, bem como a inscrição e participação em estágios;

d) Autorizar deslocações em serviço, qualquer que seja o meio de transporte;

e) Autorizar a acumulação de actividades ou funções, públicas ou privadas, nos termos da lei;

f) Praticar actos de competência dos titulares de cargos de direcção intermédia, relativamente a dirigentes e a outro pessoal que se encontre na sua directa dependência;

g) Representar o serviço em juízo e fora dele no âmbito dos processos integrados na esfera de competências ora delegadas;

h) Assinar a correspondência e outra documentação relativa às matérias ora delegadas;

1.1.19 — Representar o serviço em juízo e fora dele no âmbito dos processos integrados na esfera de competências ora delegadas;

1.1.20 — Proferir decisão final nos processos de contra-ordenação em que, por força de lei, essa competência seja da CCDRC, bem como autorizar o pagamento de coimas em prestações;

1.1.21 — Assinar a correspondência e outra documentação relativa às matérias ora delegadas;

1.1.22 — No âmbito dos gabinetes de apoio técnico, despachar todos os processos que correm nos mesmos, dentro das áreas de competência atrás delegadas, para além de todas as outras que não caíam na esfera de competências delegadas e subdelegadas nos termos do número seguinte;

1.2 — No vice-presidente Henrique Manuel Moura Maia:

1.2.1 — No âmbito da Direcção de Serviços de Ambiente, da Direcção de Serviços de Ordenamento do Território, da Direcção de Serviços de Fiscalização, da Direcção de Serviços de Águas Interiores e da Direcção de Serviços do Litoral:

a) A coordenação e o despacho de todos os processos referentes às matérias de competência daqueles serviços;

b) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário, nocturno, em dias de descanso e feriados, observados os condicionalismos legais;

c) Autorizar a inscrição e participação em congressos, reuniões, seminários, colóquios, curso de formação ou outras iniciativas que decorram em território nacional quando importem custos para o serviço, bem como a inscrição e participação em estágios;

d) Autorizar deslocações em serviço, qualquer que seja o meio de transporte;

e) Autorizar a acumulação de actividades ou funções, públicas ou privadas, nos termos da lei;

f) Praticar actos de competência dos titulares de cargos de direcção intermédia, relativamente a dirigentes e a outro pessoal que se encontre na sua directa dependência;

g) Representar o serviço em juízo e fora dele no âmbito dos processos integrados na esfera de competências ora delegadas;

h) Assinar a correspondência e outra documentação relativa às matérias ora delegadas;

1.2.2 — No âmbito das divisões sub-regionais, competência para despachar todos os processos que correm nas mesmas dentro das áreas de competências delegadas no n.º 1.2.1 do presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007, considerando-se ratificados os actos entretanto praticados que se incluam no seu âmbito.

24 de Setembro de 2007. — O Presidente, *Alfredo Rodrigues Marques*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 23 880/2007

Considerando o pedido formulado pela REN — Rede Eléctrica Nacional, S. A., e a resolução de expropriar aprovada pelo respectivo conselho de administração que aprovou a planta parcelar e o mapa de expropriações das parcelas necessárias à construção da subestação de Olmos a 220/60 kV, concelho de Macedo de Cavaleiros, instalação integrada na exploração do serviço público da rede nacional de transporte de energia eléctrica e considerada de utilidade pública;

Atenta a decisão de impacte ambiental favorável ao referido projecto, na sequência da qual foi a subestação licenciada pela Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGE), que também emite parecer favorável ao presente pedido da REN;

Verificando-se que a subestação de Olmos está prevista no plano de investimentos da RNT 2006-2011 para entrar em operação até Março de 2008;

Tendo em conta o interesse público subjacente à célere e eficaz execução da obra projectada, de acordo com a programação de construção e montagem estabelecidas e cuja conclusão está prevista para Março de 2008;

Atendendo a que a entrada em operação da referida subestação terá implicações positivas no melhoramento da qualidade do serviço e, sobretudo, reforçará a capacidade de escoamento da energia eléctrica oriunda de fontes renováveis, em especial eólicas, contribuindo, assim, para o cumprimento das metas estabelecidas na directiva Renováveis;

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º, na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 15.º do Código das Expropriações, declaro a utilidade pública da expropriação e atribuo carácter urgente e consequente posse administrativa das parcelas necessárias ao arranque da obra de construção da subestação de Olmos, identificadas no mapa e planta em anexo, contendo os elementos constantes da inscrição matricial e os nomes dos respectivos titulares, as quais se encontram classificadas, no PDM de Macedo de Cavaleiros, parte em biótopo Corine (biótopo A — planalto de Morais) e parte em espaços agro-pastoris, não existindo qualquer intercepção com a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e com a Reserva Ecológica Nacional (REN).

Os encargos com as expropriações em causa são suportados pela REN — Rede Eléctrica Nacional, S. A.

3 de Outubro de 2007. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

Subestação de Olmos

Lista dos proprietários a expropriar

Número do prédio	Número da matriz	Área (metros quadrados)	Identificação da propriedade			Identificação do proprietário — Nome
			Sítio	Freguesia	Concelho	
1	558	161	Bouça	Olmos	Macedo de Cavaleiros	Henrique Vicente.
3	564	2 739	Bouça	Olmos	Macedo de Cavaleiros	Carlos Valdemar dos Santos Fonseca Cordeiro.
3.01	565	41	Bouça	Olmos	Macedo de Cavaleiros	Henrique Vicente.
4	563	1 840	Bouça	Olmos	Macedo de Cavaleiros	Armindo Novo.
4.01	562	3	Bouça	Olmos	Macedo de Cavaleiros	José Adérito Rocha.
5	561	1 733	Bouça	Olmos	Macedo de Cavaleiros	José Adérito Rocha.
6	560	203	Bouça	Olmos	Macedo de Cavaleiros	Óscar Fernandes.
6.01	557	1	Bouça	Olmos	Macedo de Cavaleiros	Abrandino Augusto Cordeiro.
7	554	586	Bouça	Olmos	Macedo de Cavaleiros	Simão Carlos Silva.
8	567	730	Bouça	Olmos	Macedo de Cavaleiros	Simão Carlos Silva.
9	566	328	Bouça	Olmos	Macedo de Cavaleiros	Cesarina Céu Duque.
9.01	535	3 646	Bouça	Olmos	Macedo de Cavaleiros	Cesarina Céu Duque. Manuel Augusto Delgado.
9.02	521	6 909	Bouça	Olmos	Macedo de Cavaleiros	Óscar Augusto Ventura.
10	308	597	Borda	Olmos	Macedo de Cavaleiros	Abrandino Augusto Cordeiro.
11	537	8 867	Cabeço do Seixo	Olmos	Macedo de Cavaleiros	Artur José Cordeiro Rodrigues.
12	309	8 997	Borda	Olmos	Macedo de Cavaleiros	Abrandino Augusto Cordeiro.
12.01	308	1 150	Borda	Olmos	Macedo de Cavaleiros	Abrandino Augusto Cordeiro.
13	297	2 842	Fonte das Paredolas	Olmos	Macedo de Cavaleiros	José Adérito Rocha.
14	310	21 613	Borda	Olmos	Macedo de Cavaleiros	Manuel Augusto Delgado.
15	307	4 326	Borda	Olmos	Macedo de Cavaleiros	Maria Emília Ventura.
16	306	7 135	Borda	Olmos	Macedo de Cavaleiros	Abel António Rocha.
17	302	4 420	Borda	Olmos	Macedo de Cavaleiros	Sebastião de José Justino.
18	305	2 278	Borda	Olmos	Macedo de Cavaleiros	Abrandino Augusto Cordeiro.
19	304	3 277	Borda	Olmos	Macedo de Cavaleiros	Porfirio dos Santos Ventura.
19.01	311	12 548	Borda	Olmos	Macedo de Cavaleiros	Porfirio dos Santos Ventura.
20	303	1 647	Borda	Olmos	Macedo de Cavaleiros	Artur Rocha.
21	296	3 520	Borda	Olmos	Macedo de Cavaleiros	Artur José Cordeiro Rodrigues.